LÍVIA FRONER MORENO RAMIRO

**DO DIREITO AO ESQUECIMENTO AO DIREITO À DESVINCULAÇÃO: A
TUTELA DOS DADOS PESSOAIS NOS MOTORES DE BUSCA NA INTERNET**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Associada Doutora Cíntia Rosa Pereira de Lima

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

LÍVIA FRONER MORENO RAMIRO

Do direito ao esquecimento ao direito à desvinculação: a tutela dos dados pessoais nos motores de busca na internet

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação da Professora Associada Doutora Cíntia Rosa Pereira de Lima.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

Ramiro, Livia Froner Moreno

Do direito ao esquecimento ao direito à desvinculação: a tutela dos dados pessoais nos motores de busca na internet / Livia Froner Moreno Ramiro; orientadora Cíntia Rosa Pereira de Lima - São Paulo, 2018. 156 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. direito ao esquecimento. 2. tutela de dados. 3. motores de busca. 4. sociedade informacional. 5. direito da personalidade.

I. Lima, Cíntia Rosa Pereira de, orient. II. Título

LÍVIA FRONER MORENO RAMIRO

DO DIREITO AO ESQUECIMENTO AO DIREITO À DESVINCULAÇÃO: A TUTELA
DOS DADOS PESSOAIS NOS MOTORES DE BUSCA NA INTERNET

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do
título de Mestre em Direito, na área de
concentração Direito Civil, sob a orientação
da Professora Associada Doutora Cíntia
Rosa Pereira de Lima.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

*A minha família, pelo apoio, coragem, e
todo o amor incondicional a mim
concedido, base do meu ser e viver.*

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio, investimento em minha educação, meu exemplo de coragem, força e amor. Minha base e dedicação para todo o sempre.

À Professora Cíntia Rosa Pereira de Lima, pela oportunidade de estar sob a sua orientação, por acreditar neste presente trabalho, contribuição fundamental em meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Agradeço por todos os momentos alegres, pelo carinho e incentivo em minha carreira acadêmica. Grande profissional e amiga que tive a felicidade de conhecer e admirar.

Ao professor pelas considerações e auxílios na discussão sobre o tema.

Aos amigos e companheiros de mestrado, Caroline Narvaez Leite e Wévertton Gabriel Gomes Flumignan, por compartilharem seus conhecimentos jurídicos, pelas experiências trocadas e, em especial à Daphne Noronha Hachul, que se tornou uma grande amiga, pela força constante para a conclusão da dissertação. Sem eles o caminho no mestrado não teria sido tão gratificante e enriquecedor.

RESUMO

RAMIRO, Livia Froner Moreno Ramiro. Do direito ao Esquecimento ao direito à desvinculação: a tutela dos dados pessoais nos motores de busca na internet. 156 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Essa dissertação tem como objetivo o estudo dos novos direitos da personalidade como a proteção dos dados pessoais e o direito ao esquecimento no contexto da sociedade informacional, especificamente, a internet. A coleta, o processamento, a utilização, o armazenamento e a circulação de dados pessoais, impulsionados pela economia informacional, podem revelar aspectos da privacidade e da identidade do indivíduo de maneira potencializada. A problematização da investigação científica realizada encontra-se em delimitar o conceito do direito ao esquecimento e a sua eventual autonomia. Para tanto, direito correlatos como a privacidade, a proteção dos dados pessoais e suas faculdades jurídicas de desindexação e desvinculação serão abordados justamente para demonstrar as diferenças entre eles. Em meio aos desafios que são apresentados pela internet está a circulação das informações pessoais pretéritas, cujo acesso é facilitado pelos motores de busca. Nesse viés, o controle dos dados pessoais pelo seu titular se torna cada vez mais uma tarefa árdua. Ao mesmo tempo em que a ponderação de interesses é necessária por conta do embate com a liberdade de expressão e de informação. Nessa senda, imprescindível se tornou a análise dos recentes julgamentos que envolveram o tema como o do espanhol Mario Gonzáles pela Corte Europeia e o da apresentadora Xuxa Meneghel pelo Superior Tribunal de Justiça brasileiro. De modo conclusivo, situa-se um juízo crítico sobre as concepções de direito ao esquecimento, privacidade, proteção de dados pessoais e identidade.

Palavras-chave: Sociedade Informacional; Motores de Busca; Internet; Esquecimento; Proteção de Dados Pessoais; Privacidade; Direitos de Personalidade;

ABSTRACT

RAMIRO, Livia Froner Moreno. From the right to forgetfulness to the right to untie: the protection of personal data in Internet search engines. 156 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

This dissertation aims to study the new rights of the personality as the protection of personal data and the right to forgetfulness in the context of the information society, specifically the Internet. The collection, processing, use, storage and circulation of personal data, driven by the information economy, can reveal aspects of the individual's privacy and identity in a potentialized way. The problematization of the scientific investigation carried out is to delimit the concept of the right to forgetfulness and its eventual autonomy. To do so, right correlates such as privacy, protection of personal data and their legal faculties of de-indexing and untying will be approached precisely to demonstrate the differences between them. Amidst the challenges presented by the internet is the circulation of personal information, which access is facilitated by search engines. In this bias, the control of personal data by its owner becomes more and more an arduous task. At the same time, the balance of interests is necessary because of the clash with freedom of expression and information. In this way, the analysis of the recent judgments that involved the theme as the Spanish Mario Gonzales by the European Court and that of the presenter Xuxa Meneghel by the Brazilian Superior Court of Justice became essential. In a conclusive way, a critical judgment is placed on the conceptions of right to forgetfulness, privacy, protection of personal data and identity.

Keywords: Information Society; Search engines; Internet; Forgetfulness; Protection of Personal Data; Privacy; Rights of Personality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A SOCIEDADE INFORMACIONAL	
1.1. Sociedade Informacional: notas introdutórias e terminologia.....	16
1.2. A informação como fonte de poderio econômico.....	19
1.3. A “Vigilância Líquida” de Zygmunt Bauman.....	21
1.4 A “Glooglization” das pessoas.....	24
2. A PROTEÇÃO E O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	
2.1. Da privacidade ao direito à proteção de dados pessoais.....	29
2.2. O conceito de dados pessoais e a sua autonomia como um direito de personalidade.....	38
2.3. A autodeterminação informacional e a Lei de Recenseamento Alemã de 1983.....	44
2.4. Uma taxonomia para o direito à proteção dos dados pessoais.....	48
2.4.1. Fornecido.....	51
2.4.2. Observado.....	53
2.4.3 Derivado.....	54
2.4.4 Inferido.....	56
2.4.5 Análise da taxonomia baseada na origem dos dados.....	57
2.5. Origem e evolução do direito à proteção dos dados pessoais.....	60
2.6. Os principais princípios de proteção dos dados pessoais.....	67
2.6.1. Princípio da transparência ou da publicidade.....	69
2.6.2. Princípio da exatidão.....	69
2.6.3. Princípio da finalidade.....	70
2.6.4. Princípio do livre acesso.....	71
2.6.5 Princípio da segurança dos dados pessoais.....	71
2.7. O tratamento dos dados pessoais.....	72
2.8. Garantias e direitos subjetivos do titular dos dados pessoais.....	75

2.8.1. De consentimento.....	75
2.8.2. De acesso.....	77
2.8.3. De retificação, oposição e cancelamento.....	78
2.9. A proteção dos dados pessoais no Brasil e o Projeto de Lei nº 5.276/2016.....	78
3. O FUNCIONAMENTO E A ATIVIDADE DOS MOTORES DE BUSCA	
3.1. Internet: do passado ao futuro.....	84
3.2. Funcionamento da internet e as ferramentas de busca.....	88
3.2.1. Diretórios.....	89
3.2.2. Motores de Busca.....	91
3.2.2.1. Rastreamento.....	92
3.2.2.2. Indexação.....	92
3.2.2.3. Armazenamento.....	93
3.2.2.4 Busca.....	94
4. O DIREITO AO ESQUECIMENTO	
4.1. Esquecimento: sentido.....	97
4.2. Embate entre a conservação da memória coletiva e o esquecimento pessoal.....	98
4.3. Conceito, função e natureza jurídica do direito a ser esquecido: complexidade.....	99
4.4. Da autonomia ou não do direito ao esquecimento.....	111
4.5. O direito ao esquecimento no Brasil.....	113
4.6. Legitimidade ativa e passiva de seu exercício.....	115
4.7 Limitações à aplicação do direito ao esquecimento.....	117
5. A DESINDEXAÇÃO DE DADOS PESSOAIS	
5.1. Desindexação: sentido.....	119
5.2. O exercício do direito à proteção de dados pessoais em face dos motores de busca reconhecido pelo Tribunal Europeu.....	122
5.2.1. Análise do caso do Mário Costeja González vs <i>Google Search Spain</i>	123
5.3. A desindexação como instrumento da proteção dos dados pessoais.....	127

6. A DESVINCULAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

6.1. O que é o mecanismo do “*Dynamic query suggestion*”?.....130

6.2. O fenômeno do “*Google bomb*”.....131

6.3. A desvinculação de dados pessoais como exercício da proteção de dados pessoais e do direito à identidade pessoal.....131

CONCLUSÃO.....135

REFERÊNCIAS.....141

INTRODUÇÃO

Considerando que a Internet não é terra de ninguém, em que se pode tudo e contra todos, cabe ao Direito à regulação e tutela das diversas formas de violação de direitos da personalidade. A disponibilização de informações de forma perene e prejudicial, a circulação de dados pessoais irrelevantes e excessivos, bem como a vinculação do nome da pessoa com fatos inverídicos, são três desafios que clamam por uma solução e estão na “ordem do dia”.

Optou-se por pesquisar o tema do direito ao esquecimento ao direito à desvinculação de dados pessoais em razão da novidade em se tutelar a pessoa e os seus dados na seara da internet. Alguns casos tiveram repercussão grande repercussão no Brasil e na Europa.

Em outubro de 2010, Maria da Graça Meneghel, a “Xuxa” ajuizou uma ação com a finalidade de remover os resultados de busca ligados à expressão “Xuxa pedófila” e de qualquer informação que associasse o seu nome com condutas criminosas. Em sede liminar, deferiu-se a medida aclamada para que a *Google* deixasse de disponibilizar aqueles resultados aos internautas. Ao ser analisado pelo Superior Tribunal de Justiça, órgão de cúpula que salvaguarda as normas infraconstitucionais, a 3ª Turma decidiu de forma contrária. Entendeu que a *Google* é apenas um facilitador de informação e que não se pode reprimir o direito à informação. Nestes termos, a ação deveria ter sido ajuizada contra aqueles que veicularem o conteúdo como dados relacionados à imagem da apresentadora¹.

Tendo esse caso em destaque, exemplifica-se que este se amolda aos três direitos propostos uma vez que a apresentadora pode querer esquecer o fato passado do filme “Amor, estranho amor” da apresentadora Xuxa que, realizado em 1982, conta a história de Hugo, menino de 12 anos, filho da dona de um bordel de luxo, interpretada pela atriz Vera Fischer, que é seduzido por Tamara, uma das prostitutas, vivida por Xuxa. A apresentadora de Televisão, então, contava com 19 anos de idade quando interpretou esse seu primeiro papel em filme erótico.²

¹ REsp 1316921/ RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 26/6/2012, DJe 29/6/2012.

² A história da apresentadora Xuxa transcrita com detalhes foi extraída do livro: BRANCO, Sérgio. *Memória e esquecimento na internet*. Porto Alegre: Editora: Arquipélago Editorial, 2017, p. 126-128.

Tamanho o sucesso do filme no cinema, os produtores decidiram lança-lo em videocassete para a sua comercialização no mercado. Todavia, alguns anos se passaram e Xuxa se tornou famosa, inclusive, por seu trabalho com programas infantis, com vasta atuação nesse meio por meio de produtos para crianças até DVDs com músicas para crianças. Em razão da mudança de comportamento e de sua imagem, a apresentadora ajuizou uma ação de busca e apreensão de todas as cópias não autorizadas do vídeo, o que se entendeu foi: “a exploração através de videocassete tornava a obra acessível ao público infantil, gerando um desvirtuamento da sua imagem, incompatível com o seu perfil artístico atual”.³

Embora a apresentadora tenha almejado sucesso na ação para a recolha dos videocassetes, a vinda da internet, modificou sobremaneira como as informações são potencializadas e compartilhadas.

A mudança de comportamento da Xuxa e o fato dela desejar manter os fatos pretéritos no passado, aqueles que não mais merecem ser rememorados, pois faltaria o interesse público, o que não se traduz no interesse do público como mera curiosidade, podem ser as características de um possível direito ao esquecimento.

Soma-se a essa questão justamente o contexto da sociedade informacional que, com o advento das novas tecnologias da informação, como a internet e os dispositivos móveis, formaram o solo cultivável para crescimento e massificação dos meios de comunicação, o que revela um alto fluxo de circulação de informações. A possibilidade da perenização da informação é o que potencializa mais um desafio ao ser humano. Assim, como deixar o passado ficar no passado, sem que os seus efeitos interfiram no desenvolvimento das pessoas no presente?

Para tanto, um novo direito é encabeçado a fim de acobertar os fatos pretéritos, verídicos e lícitos que não apresentam mais relevância e interesse público que seria necessário para a sua difusão.

Além disso, a divulgação dos vídeos e imagens de nudez da apresentadora se torna mais fácil conseguir a sua localização quando se tem um mecanismo de busca como a *Google* na internet, para vasculhar as informações, através de seus robôs, indexar o link, armazená-lo e depois transmiti-lo aos seus usuários por meio dos resultados de busca.

É certo que ela poderá almejar apenas a desindexação dos resultados a fim de que dificulte o acesso para os demais, o que configuraria o direito à desindexação,

³ TJ-RJ. Acórdão da Apelação Cível n. 3.819/91.

propriamente da seara da proteção dos dados pessoais, desde que o seu tratamento seja realizado de forma adequada.

Por ultimo, o exemplo bem elucidativo da apresentadora Xuxa em pleitear que não se associem as palavras “Xuxa” mais “pedófila”, sugerido pelo próprio mecanismo de busca, para proteger a sua identidade pessoal, o seu bom nome, a sua imagem e a sua honra, uma vez que essa associação seria extremamente ofensiva e ilegal.

Nesse sentido, todas as nuances e desafios para a pessoa natural que podem surgir pela interação entre seres humanos, internet e os provedores de aplicação como o motor de busca ocorrem em razão do surgimento da sociedade informacional. Logo, abordar-se-á no primeiro capítulo a sociedade informacional, o fluxo das informações como um poder econômico, a vigilância irrestrita na internet e o poder de transformação das pessoas pela criação de perfis virtuais, pelo o que os mecanismos de busca mostram divulgam das pessoas.

No segundo capítulo se fez necessário desenvolver o conceito de dados pessoais, de tratamento de dados pessoais e a sua relação com outros direitos da personalidade. Elegeu-se, preferencialmente, adotar a abordagem pelo sistema europeu de proteção de dados pessoais, sobretudo, porque, na União Europeia, foi estabelecido um nível elevado de proteção desde Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, até o seu aprimoramento com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado em 2016.

Além disso, o caso do advogado espanhol que deseja que uma informação pessoal constrangedora, porém verídica, seja suprimida tanto do site quanto do motor de busca que facilita o seu acesso e circulação, reacendeu de certa forma as discussões que já vinham sendo travadas sobre o direito ao esquecimento aplicado no âmbito da internet.

No paradigmático Caso Gonzáles contra o Google fixou-se a reflexão sobre a atividade dos motores de busca na internet e se estes estão submetidos ao regramento de proteção de dados pessoais europeu. Ainda mais, a aprovação do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais Europeu que trouxe o direito ao apagamento como sendo um “direito a ser esquecido” causou maior divergência sobre se existiria um direito ao esquecimento digital? E o que o diferencia da concepção clássica de direito ao esquecimento?

Se antigamente já havia uma resistência em se reconhecer um direito ao esquecimento justamente pelo receio do tolhimento da liberdade de expressão, de

informação e de imprensa, bem como pelo eventual direito de se passar uma borracha no passado e de se reescrever a história que foram os principais argumentos da resistência.

Imagine-se, com esse novo olhar, voltado para a internet e os meios de comunicação em massa, se seria possível o seu reconhecimento como direito autônomo, com a devida conceituação, fundamento e características próprias.

Sobre o viés do Caso *González*, uma pessoa tem o direito a obrigar um motor de busca da internet a efetuar a remoção da informação pessoal disponibilizada aos internautas nos resultados da busca realizada com o seu nome?

No terceiro capítulo, portanto, de forma bem sucinta, o funcionamento dos motores de busca foi objeto de análise para que o leitor compreenda as atividades que ele desempenha para depois verificar se estas se enquadram ou não no conceito de tratamento de dados pessoais.

No quarto capítulo, traçou-se um dos pontos mais controvertidos que seria categorizar o que é direito ao esquecimento e o que não é, difundindo-se todas as suas nuances.

Dessa maneira, uma distinção sobre o que não seria o direito ao esquecimento, isto é, a desindexação de dados pessoais foi abordada no quinto capítulo juntamente com as peculiaridades do caso espanhol.

Por ultimo, pretende-se abrir um sexto capítulo para que a desvinculação de dados pessoais não seja confundida com a desindexação. A desvinculação ocorre pela não associação do nome (dado pessoal) com outro termo depreciativo, vexatório ou constrangedor sugerido pelo próprio motor de busca. Esclarece-se, nesse ponto, a ausência quase que completa de material bibliográfico sobre o tema, o que demandaria, com a devida vênia, a pessoa possuir um conhecimento específico e técnico, isto é, próprio da ciência da computação, com o objetivo de dirimir as incertezas de responsabilização ou não do motor de busca sobre tal prática.

Visando encontrar respostas, indaga-se, destarte: quais são os fatores e limitações do direito ao esquecimento? Existe um direito ao esquecimento voltado aos motores de busca? O que é o direito ao esquecimento? O que é desindexação? O que é desvinculação?

O resultado desta pesquisa é o convite para uma análise sobre o direito ao esquecimento, o direito à desindexação e o direito à desvinculação, tendo como parâmetro a sociedade informacional, notadamente, o funcionamento da internet e dos motores de

busca, para assegurar a proteção dos dados pessoais, a privacidade e a identidade pessoal do indivíduo.

CONCLUSÃO

A sociedade informacional viabiliza a comunicação mais rápida e a obtenção de dados pessoais por meio de técnicas que assegurem uma coleta cada vez mais personalizada.

O usuário da internet que costuma divulgar informações e aspectos de sua vida privada sem notar o alto grau de exposição e visibilidade que emprega no meio virtual pode vir a sofrer prejuízos presentes e futuros. Isso porque, o valor que seria extraído do dado é a própria pessoa, vigiada e monitorada pelos responsáveis pelo tratamento de dados pessoais e pelos usuários da rede.

O superinformacionismo leva a cada vez mais na obtenção de informações. E, com base nessas considerações, os motores de busca exercem um papel extremamente importante, pois facilitam o acesso às informações enquanto coletam dados pessoais.

Viu-se que o motor de busca mais famoso, o Google, rastreia os hábitos, comportamentos, opiniões e juízo de valor diariamente, sendo um filtro ou uma lente de contato pela qual se observa o mundo. Também, os motores de busca processam, selecionam, indexam e distribuem o conhecimento que determina o que se considera como bom, verdadeiro, relevante e de valor.

Nessa esteira, as novas tecnologias são capazes de invadir a esfera privada da pessoa, razão pela qual muito se debateu sobre o direito à privacidade e sua conceituação na contemporaneidade.

Entendeu-se que “as coisas da vida privada” merecem tutela no sentido de exclusão e controle da divulgação de informações pessoais que agridam o íntimo do ser ou aquilo que se almeje manter fora do domínio do público.

Considerou-se que a privacidade não precisa ser identificada como uma pluralidade de significados, um termo indeterminado ou como palavra-camaleão. É possível definir a sua essência através do método tradicional de linguagem e conceituação.

Remetendo ainda ao artigo “*The right to privacy*”, de Warren e Brandeis, que não deve ser menosprezado, compreende-se que a privacidade seria o poder de abstenção contra interferências alheias (aspecto negativo) e o controle dinâmico de suas informações pessoais íntimas ou privadas (aspecto positivo).

A internet promoveu uma maior interação entre as pessoas e a facilidade na divulgação de acontecimentos pessoais desabonadores ou não tais como a embriaguez, o uso de substâncias ilícitas, quais amores foram correspondidos, vídeos das pessoas dançando e cantando ainda enquanto crianças, fotos comprometedoras, entre outros. Se não bastasse, enfatizou a captação e o armazenamento de dados pessoais como nome, estado civil, filiação, raça, sexo, endereço, tipo sanguíneo e atividade profissional disponíveis em banco de dados. Apesar da relação que se possa identificar entre esses acontecimentos pessoais e os dados coletados do indivíduo, garante-se que a privacidade e a proteção aos dados pessoais são tutelas diferenciadas e cada qual com conteúdo próprio.

Por outro lado, a proteção aos dados pessoais não leva em consideração a esfera privada da pessoa, mas evidencia uma tutela dinâmica de controlar a circulação de dados que se inicia com a coleta e permanece até com a circulação e armazenamento, independentemente se esses dados estejam à disposição do público.

O direito à proteção aos dados pessoais pode ser conceituado como o direito de uma pessoa física ou jurídica, individualizada ou individualizável, de controlar seus dados pessoais, corrigi-los ou apagá-los nos termos da lei.

Nesse sentido, a massificação dos meios de comunicação leva à perpetuidade de informações e lembranças que podem vir a causar um estigma social, uma marca que acompanhará a pessoa por uma vida inteira, o que poderá gerar prejuízos e até a perda de uma chance. Em suma, a permanência da circulação de informações pessoais verídicas, porém descontextualizadas, poderá arruinar as possibilidades de um recomeço.

Para representá-lo, diversas propostas foram lançadas como na língua inglesa *right to be forgotten* (direito de ser esquecido), *right to forget* (direito de esquecer), aos que consideram como parte da tutela da privacidade o chamam de *right to be let alone* (direito de ser deixado em paz), há outros que o encontram como um desdobramento da proteção dos dados pessoais e o chamam de *right to erasure* (direito ao apagamento), *right to delete* (direito de apagar).

. Trata-se da expressão “direito ao esquecimento” que tem sido utilizada pelo menos em três acepções: i) uma tradicional; ii) a segunda no âmbito da internet; iii) a terceira criada com base no modelo de proteção dos dados pessoais europeu.

Vislumbrou-se que a primeira acepção relaciona-se com a seara das condenações criminais, do poder de ressocialização do indivíduo que cometeu um erro e se redimiou. Compreende-se nessa tradicional acepção, de maneira um pouco mais ampla, que o direito

ao esquecimento vincular-se-ia a questão subjetiva do ser humano em não ser lembrado de fatos que almeja esquecer por meio da republicação da informação legítima e verídica que se distanciou do debate público pelo transcurso do tempo.

A segunda acepção compreende que o direito ao esquecimento não se trata apenas ou necessariamente de uma republicação da informação, mas da sua própria permanência na rede de internet.

Na diferença da primeira acepção para a segunda há a potencialização da informação em manter-se, circular na rede. Assim, a republicação da informação em televisões, rádios e jornais costumeiramente acontece de forma momentânea e pontual enquanto na internet não é necessário que um ato de “republicação” seja realizado para que a informação ali permaneça.

A terceira acepção de direito ao esquecimento é aquela que se refere ao direito à proteção dos dados pessoais exercida pelo ato de apagar, cancelar e se opor ao tratamento de dados pessoais, nos termos do modelo de proteção europeu, especificamente, na Diretiva nº 95/46/CE e também no novo Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, do Parlamento e Conselho Europeu.

O que inspirou essa terceira acepção foi justamente o julgamento do Caso *Mario Costeja* em face do motor de busca *Google* em que se determinou, em maio de 2014, que os resultados de pesquisa fossem desindexados da lista de busca para minimizar a propagação do conteúdo da informação sem, contudo, removê-la de sua fonte original.

Ora, a terceira acepção não se trata de um direito ao esquecimento, mas do exercício do direito à proteção dos dados pessoais, evidenciado pelo cancelamento ou apagamento dos dados que foram considerados irrelevantes, inadequados e excessivos, conforme o princípio da qualidade dos dados e o princípio da finalidade.

O direito ao esquecimento trata de informações verdadeiras que, apesar da existência de um interesse público no passado, não mais assumem essa condição, causando consequências para a sua esfera privada e para si.

O conceito de direito ao esquecimento seria aquele em que apresenta uma faceta positiva (obrigação de fazer) quanto negativa (abstenção). Positiva, porque permite ao titular exercer a sua pretensão contra terceiros, exigindo que removam o conteúdo infringente deste direito seja nos meios de comunicação tradicionais ou na internet. Negativa, porque impõe que a esses terceiros se abstenham de processar, publicar, republicar e conservar tal informação pessoal.

Quanto ao seu fundamento, em síntese, aborda-se o entendimento de Massimiliano Mezzanotte²⁸⁷ que configura o direito ao esquecimento como sendo uma “situação jurídica subjetiva com *corpus* de um direito à identidade pessoal; mas *animus* de direito à privacidade”. O indivíduo que alega o direito ao esquecimento pretende resguardar determinado acontecimento que tenha participado e, portanto, que este fato de sua vida privada seja resguardado ou, pelo menos, não perenizado, faceta da privacidade. Em contrapartida, a representação de si mesma pode ter se alterado com o tempo, já que o fato dele ter cometido um erro no passado não quer dizer que ele irá reincidir no erro.

Como dito anteriormente, a proteção dos dados pessoais é autônoma e poderá auxiliar no exercício do direito ao esquecimento por meio da remoção do conteúdo de informações verídicas e constrangedoras que devem permanecer no passado. É nesse sentido que se consagra o direito à oposição como direito à desindexação de dados pessoais no caso do espanhol Mario Costeja em face dos motores de busca.

Na pretensão do citado espanhol não houve a supressão da informação na sua fonte originária, logo relacionou-se com a desindexação que, nada mais é que o direito de oposição, cancelamento e apagamento (remoção do link no motor). Por derradeira, a economia informacional, o valor que os dados pessoais possuem e os reflexos que sua manutenção podem acarretar, quando ainda distante da finalidade proposta, sendo dados desatualizados, irrelevantes e impertinentes, bem verdade que a obstrução do seu acesso é um aliado para o desenvolvimento da pessoa humana.

O “*Dynamic query suggestion*” é o mecanismo criado para que o próprio motor de busca faça uma “auto-sugestão” ou então complete as os termos que o usuário pretende escrever no “retângulo” para realizar a sua pesquisa. Tal sugestão feita pelo próprio motor de busca poderá, no entanto, vincular o nome da pessoa, isto é, um dado pessoal com uma expressão vexatória e ilícita que não se relaciona com a pessoa. Até porque, nesse caso, poderá acontecer da sugestão indicar uma expressão que não consta nenhum resultado na lista indexada pela ferramenta.

A desvinculação de dados pessoais pode ser notada no caso da apresentadora Xuxa Meneghel e a empresa Google Brasil, julgado no Recurso Especial nº 1316921/RJ. A apresentadora pleiteava que os resultados de pesquisa não vinculassem a expressão “xuxa” com a palavra “pedófila”, ou, “ainda, qualquer outra que associe o nome da autora, escrito

²⁸⁷ *Il diritto all'oblio*: contributo allo studio della privacy storica. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2009. p. 81.

parcial ou integralmente, e independentemente de grafia, se correta ou equivocada, a uma prática criminosa qualquer”.

Logo, o direito à desvinculação não se tutela pela existência de informações passadas e irrelevantes, mas seria a própria proteção dos dados pessoais, cuja atividade de associação poderá causar sérios prejuízos para a pessoa e seu desenvolvimento humano.

Conclui-se, então, que direito ao esquecimento, direito à desindexação e direito à desvinculação de dados pessoais não se confundem, porém a desindexação e a desvinculação podem auxiliar para que, após transcurso de tempo, as informações pessoais não se perenizem e as pessoas não sejam monitoradas por meio da Internet.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Martin. *The Marco Civil and Beyond: Privacy Governance for the Future*. In: ARTESE, Gustavo (coord.). *Marco Civil da Internet: análise jurídica sob uma perspectiva empresarial*. São Paulo: Quartier, 2015, p. 98.

ABRAMS, Martin. *Op. cit.*, p. 101.

ABRAMS, Martin. *The Marco Civil and Beyond: Privacy Governance for the Future*. In: ARTESE, Gustavo (coord.). *Marco Civil da Internet: análise jurídica sob uma perspectiva empresarial*. São Paulo: Quartier, 2015, p. 100-101.

ABRAMS, Martin. *The Origins of Personal Data and its Implications For Governance*. The Information Accountability Foundation, 2014. Disponível em: <<http://informationaccountability.org/wp-content/uploads/Data-Origins-Abrams.pdf>>. Acessado em: 04.11.2017.

AMBROSE, Meg Leta. **You are What Google Says You Are: The Right to be Forgotten and Information Stewardship**. *Internacional Review of Information Ethics*. Vol 17 (07/2012).

ANDRADE, Noberto Nuno Gomes de. *Oblivion: The Right to Be Different ... from Oneself Reproposing the Right to Be Forgotten*. *Revista de Internet, Direito e Política*. Universitat Oberta de Catalunya. February/2012.

ANDRUS, Mark T. **The Right to be Forgotten in America: Have Search Engines Inadvertently Become Consumer Reporting Agencies?**. Disponível em: https://www.americanbar.org/publications/blt/2016/05/05_andrus.html. Acessado em: 06.10.2017.

ASCENÇÃO, José de Oliveira da. **A Sociedade da Informação**. In: *Direito da Sociedade da Informação*. V. 1. Coimbra: Coimbra Editora, 1999, p. 167.). Por outro lado, Pierre Lévy prefere denominar de “sociedade do conhecimento”. (LÉVY, Pierre. *Collective Intelligence: mankind's emerging world in cyberspace*. Tradução de Robert Bononno. Cambridge (MA): Perseus Books, 1997, p. 02).

BAUMAN, Zygmunt. *Vigilância: diálogos com David Lyon*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2013.

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. *Atualidade do Conceito Sociedade da Informação para a Pesquisa Jurídica*. In: PAESANO, Liliana Minardi (coord.). *Direito na Sociedade da Informação*. São Paulo: Atlas, 2007.

BIONI, Bruno. *Xeque-Mate: o tripé de proteção de dados pessoais no xadrez das iniciativas legislativas no Brasil*. Grupo de Estudos em Políticas Públicas em Acesso à Informação da USP – GPOPAI. 2015. Disponível em: http://gomaoficina.com/wp-content/uploads/2016/07/XEQUE_MATE_INTERATIVO.pdf. Acessado em: 02.10.2017.

BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

BRANCO, Sérgio. *Memória e esquecimento na internet*. Porto Alegre: Editora: Arquipélago Editorial, 2017, p. 161.

BRASIL. Lei n 12.414/2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12414.htm. Acessado em: 02.10.2017.

BRASIL. Lei n 12.527/2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acessado em: 02.10.2017.

BRASIL. Lei nº 8.078/1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm. Acessado em: 02.10.2017.

BRASIL. Decreto nº 8.771/2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8771.htm. Acessado em: 02.10.2017.

BRASIL. Lei nº 12.965/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acessado em: 02.10.2017.

BRASIL. Decreto nº 8.771/2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8771.htm. Acessado em: 02.10.2017.

CABRAL, Marcel Malizia. **A colisão entre os direitos de personalidade e o direito de informação**. In: RODRIGUES JUNIOR, Otavio; MIRANDA, Jorge; FRUET, Gustavo Bonato. *Direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2012.

CASTELLANO, Pere Simon. **El régimen constitucional del derecho al olvido en Internet. Neutralidad de la red y otros retos para el futuro de Internet**. *Actas del VII Congreso Internacional Internet, Derecho y Política Universitat Oberta de Catalunya* Barcelona: Huygens Editorial, 11-12 de julho de 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/El_regimen_constitucional_del_derecho_al%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/El_regimen_constitucional_del_derecho_al%20(1).pdf). Acessado em: 06.06.2016.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. V.1, a sociedade em rede. 8^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Traduzido por Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTRO, Catarina Sarmento. **Direito da Informática, Privacidade e Dados Pessoais**. Coimbra: Almedina, 2005.

CATE, Fred H. **The failure of Fair Information Practice Principles**. In: *Consumer Protection in the Age of the 'information economy' (Markets and the Law)*. Hampshire: Ashgate Publish, 2006.

CHAVES, Antonio. *Lições de direito civil: parte geral* 3. São Paulo: Bushatsky – Edusp, 1972.

CHAVES, Reinaldo. **Direito ao esquecimento – Em um dia, Google recebe 12 mil pedidos para apagar informações**. Consultor Jurídico, 02/06/2014. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-jun-02/dia-google-recebe-12-mil-pedidos-apagar-informacoes>. Acesso em: 14/10/2014.

CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu. **Pessoa Natural e novas tecnologias**. Aula magna na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*. Ano 14. N. 27. Jan/ju/2011.

CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu. Comentários à parte geral – artigos 1º a 21 do Código Civil. In: MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. (Org.). CHINELLATO, Silmara Juny (Coord.). Código civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 5. ed. Barueri: Manole, 2012

CE. **Diretiva 95/46**. Disponível em: http://ec.europa.eu/justice/policies/privacy/docs/95-46-ce/dir1995-46_part1_pt.pdf. Acesso em: 13/10/2014.

CÉDON, Beatriz Valadares. *Ferramentas de Busca da Web*. In: Revista C. Informática. Brasília, v. 30. n.1. Jan./Abr. 2001, p. 39-49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a06v30n1>. Acesso em: 25.05.2016.

CONSALTER, Zilda Mara. *Para além do rio lete: o direito ao esquecimento como aporte teórico para a proteção efetiva da intimidade na era virtual*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Orientador Dr. Álvaro Villaça Azevedo. São Paulo, 2016.

COOLEY, Thomas McIntyre. *A Treatise on the law of torts*. Chicago: Callaghan, 1880.

COSTA, André Brandão Nery. **Direito ao esquecimento na Internet: a Scarlet Letter Digital**. In: SCHREIDER, Anderson (coord.). Direito e mídia. São Paulo: Atlas, 2013.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. *O direito de estar só: tutela penal da intimidade*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1970

CUNHA, Renan Severo Teixeira da. **Introdução ao estudo do direito**. Campinas/SP: Editora Alínea, 2008.

CURIA. *An internet search engine operator is responsible for the processing that it carries out of personal data which appear on web pages published by third parties*. Press Release nº 70/14. Luxembourg, 13 May 2014. Disponível

em: <http://curia.europa.eu/jcms/upload/docs/application/pdf/2014-05/cp140070en.pdf>.
Acesso em: 14/10/2014.

DA SILVA, Roberto da Silva Baptista Dias. PASSOS, Ana Beatriz Guimarães. **Entre lembrança e olvido: uma análise das decisões do STJ sobre o direito ao esquecimento**. In: Revista Jurídica da Presidência. Vol. 16, nº 109, jun./set.. Brasília: 2014

DE LUCCA, Newton. **Direito de Arrependimento no Âmbito do Comércio Eletrônico**. In: MENDES, Gilmar F. (coord). *Direito, Inovação e Tecnologia*. São Paulo: Saraiva, 2015.

DE SOUSA, Rabindranath V. A. Capelo, *O Direito Geral de Personalidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. São Paulo: Renovar, 2006.

DONEDA, Danilo. **O Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais**. In: MAGALHÃES, Guilherme (coord.). *Direito Privado e Internet*. São Paulo: Atlas, 2014.

DOTTI, René Ariel. **O direito ao esquecimento e a proteção do habeas data**. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Habeas Data*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

EC. *Proposal for Regulation of the European Parliament and the Council on the protection of individuals with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data (General Data Protection Regulation)*, COM (2012), 11 final, 2012/0011 (COD), Brussels, 25-01-2012. Disponível em: <http://www.statewatch.org/news/2011/dec/eu-com-draft-dp-reg-inter-service-consultation.pdf> . Acesso em: 13/10/2014.

ESPANHA. Cosntitucion Española de 1978. Disponível em: http://www.congreso.es/docu/constituciones/1978/1978_cd.pdf. Acessado em: 31.11.2017.

EUA. *Records, computers and the rights of citizens*. Report of the Secretary's Advisory Committee on Automated Personal Data Systems. U.S. Department of Health, Education & Welfare. Julho de 1973. Disponível em: <<https://www.justice.gov/opcl/docs/rec-com-rights.pdf>> Acessado: 05.11/2017.

EUROPEAN COMMISSION. *A comprehensive approach on personal data protection in the European Union* (2010). Disponível em: http://ec.europa.eu/justice/news/consulting_public/0006/com_2010_609_en.pdf. Acesso em: 19/10/2014.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Direitos da personalidade coordenadas fundamentais**. Revista do Advogado, São Paulo, n. 38, p. 5-13, dez. 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5 ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

FINOCCHIARO, Giusella. **Il diritto all'oblio nel quaro dei diritti dela personalità**. In: *Il Diritto Dell'informazione e dell'informatica*. Rivista Promossa Dalla Fondazione Centro di Iniziativa Giuridica Piero Calamandrei. 2014

GALVÃO, Alexander Patêz. **A informação como commodity: mensurando o setor de informações em uma nova economia**. *Ciência da Informação*. V. 28, n. 1, Brasília: IBICT, 1999. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/861/895>. Acessado em: 01.10.2017.

GARCIA, Enéas. *Responsabilidade civil dos meios de comunicação*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002

HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. Tradução de Inés Sancho-Arroyo. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

HARDY, Quentin. *Impondo limites aos titãs da internet*. *The New York Times*, 30 abr. 2012

HELF, Miguel. *Google Ads a Safeguard on Privacy for Searchers*, New York Times, 15.3.2007. Disponível em: Acesso em: http://www.nytimes.com/2007/03/15/technology/15googles.html?_r=0. Acesso em: 115/10/2014.

HIRATA, Alessandro. **O Facebook e o direito à privacidade**. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 51, n. ja/mar. 2014.

HIRATA, Alessandro. **O público e o privado no direito de intimidade perante os novos desafios do direito**. In: DE LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. NUNES, Lydia Neves Bastos Telles. *Estudos avançados de direito digital*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

HOLDENER, Antony. *Geolocation*. Sebastopol: O'Reilly Media, 2011.

HORAN, Eileen C.; AHEARN, Frank M. *How to disappear: Erase Your Digital Footprint, Leave False Trails, and Vanish Without a Trace*. Guilford Connecticut: Lyons Press. 2010.

JÄÄSKINEN, Nillo. **Parecer no caso Google Spain x Agencia Espanhola de protección de Datos**. Apresentado em 25 de junho de 2013 no Processo C – 131/12. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/parecer-google-direito-esquecimento.pdf>. Acessado em: 07.03.2016.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução de Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KLEE, Antonia Espíndola Longoni. MARTINS, Guilherme Magalhães Martins. **A privacidade, a proteção dos dados e dos registros pessoais e a liberdade de expressão: algumas reflexões sobre o Marco Civil da Internet no Brasil (Lei nº 12.965/2014)**. In: LUCCA, Newton de. FILHO, Adalberto Simão. LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. (coords.) *Direito & Internet III – Tomo I: Marco Civil da internet (Lei nº 12.965/2014)*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

LEONARDI, Marcel. **Tutela e Privacidade na Internet**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LÈVY, Pierre. *Collective Intelligence: mankind's emerging world in cyberspace*. Tradução de Robert Bononno. Cambridge (MA): Perseus Books, 1997.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. **Direito ao Esquecimento e Internet: O Fundamento Legal no Direito Comunitário Europeu, no Direito Italiano e no Direito Brasileiro.** *Revista dos Tribunais*. n. 946. Ago/2014.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira. *A imprescindibilidade de uma entidade de garantia para a efetiva proteção dos dados pessoais no cenário futuro do Brasil*. Tese de Livre Docência apresentada junto à Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: USP, 2015.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira. **O ônus de ler o contrato no contexto da “ditadura” dos contratos de adesão eletrônicos.** In: *Direito e novas tecnologias*. Florianópolis: CONPEDI, 2014, p. 443-465. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=981322808aba8a03>. Acessado em: 01.10.2017.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira. **O conceito de tratamento de dados após o caso Google Spain e sua influência na sociedade brasileira.** In: *III Encontro de Internacionalização do CONPEDI*. Madrid : Ediciones Laborum, 2015. V. 9., p. 120. Disponível também em: <http://www.conpedi.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vol.-9-Madrid.pdf>. Acesso em: 02.02.2016.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira. *Parecer técnico encaminhado para a Comissão Especial destinada a proferir Parecer ao Projeto de Lei nº 4.060 de 2012, do Deputado Milton Monti, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais e dá outras providências.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-4060-12-tratamento-e-protecao-de-dados-pessoais/documentos/outros-documentos/dra-cintia-rosa-pereira-de-lima-usp>. Acessado em: 06.12. 2017.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. **Direito ao Esquecimento e Internet: o fundamento legal no Direito Comunitário europeu, no Direito italiano e no Direito brasileiro.** In: *Revista dos Tribunais*, ano 103, vol. 946, agosto de 2014, p. 77 – 109. ____; NUNES, Lydia Neves Bastos Telles (coords.). *Estudos avançados de direito digital*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014. Material complementar no site: LIMA, Cintia Rosa Lima de. Direito ao esquecimento e marco civil na internet.

LIMBERGER, Têmis. Proteção dos dados pessoais e comércio eletrônico: os desafios do século XXI. *Revista de Direito do Consumidor*. São Paulo, ano 17, nº 65, p. 225, jul./set. 2008.

LISBOA, Roberto Senise. A inviolabilidade de correspondência na Internet. In: LUCCA, Newton De. SIMÃO FILHO, Adalberto. *Direito & Internet*. Aspectos Jurídicos Relevantes. Bauru, SP: EDIPRO, 2001.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. Tradução de Vera Maria Jacob Ferreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MALDONADO, Viviane Nóbrega. *O direito ao esquecimento*. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2017.

MANEY, Kelvin. et. al. *Tornando um mundo melhor*. New Jersey: IBM Press, 2011.
Disponível em:
<ftp://public.dhe.ibm.com/la/documents/imc/br/news/events/book_centennial/2011_09_14_0516_Tornando_O_Mundo_Melhor_PDF.pdf>. Acessado em: 30.09.2017.

MARQUES, Garcia. LOURENÇO, Martins. **Direito da informática**. Coimbra: Almedina, 2000.

MARTINEZ, Pablo Dominguez. *Direito ao esquecimento: a proteção da memória individual na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014

MARTINS, Leonardo. *Introdução à jurisprudência do Tribunal Constitucional Alemão*. Cinquenta anos de jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão. Organização e introdução: Leornado Martins. Trad. Beatriz Henning et al. Prefácio: Jan Woischnik. Montevideu: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. **Delete: The Virtue of Forgetting in the Digital Age**. New Jersey: Princeton University Press, 2009.

MAYER-SCHÖNBERGER, Victor. CUKIER, Kenneth. *Big Data: a revolution that will transform how we live, work, and think*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt Publishing Company, 2013.

MENDES, LAURA Schertel. *Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Laura Schertel. **Transparência e privacidade: violação e proteção da informação pessoal na sociedade de consumo**. Faculdade de Direito. Universidade de Brasília, Brasília: 2008

MORATO, Antonio Carlos. Dano à imagem. In: RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz. et al. (coord.) *Responsabilidade civil contemporânea: em homenagem a Silvio de Salvo Venosa*. São Paulo, Atlas, 2011, p. 566.

MURRAY, Andrew. *Information technology law*. Oxford University Press, 2010.

OECD. *Exploring the Economics of Personal Data: a survey of methodologies for measuring monetary value*. In: The OECD Digital Economy Papers. (nº 220). Publicado em 02 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/5k486qtxldmq-en.pdf?expires=1515318608&id=id&accname=guest&checksum=A1A7FF2A4D6C418E522518EBE4906E81>>. Acessado em: 04.11.2017.

PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet – Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PARENTONI, Leonardo. O direito ao esquecimento (*right to oblivion*). In: DE LUCCA, Newton. (coord.). *Direito e Internet III: Marco Civil da Internet* (Lei n. 12.965/2014). Tomo I. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p 546.

PARISIER, Eli. *The filter bubble*. New York: Penguin Books, 2011.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Tradução de Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PINO, Giogio apud ANDRADE, Noberto Nuno Gomes de. *Oblivion: The Right to Be Different ... from Oneself Reproposing the Right to Be Forgotten*. Revista de Internet, Direito e Política. Universitat Oberta de Catalunya. February/2012.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa de 1976.** Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. Acessado em: 31.11.2017.

RAMOS, Mário Hernandez. *El derecho al olvido em la web 2.0.* 2013

REINALDO FILHO, Demócrito. As “histórias patrocinadas do Facebook”: os limites da utilização de dados pessoais no *marketing on-line*”. *Revista Síntese Direito Empresarial*. São Paulo, ano 7, nº 38, p. 195, maio/jun. 2014.

REDING, Viviane. *The EU Data Protection Reform 2012: Making Europe the Standard Setter for Modern Data Protection Rules in the Digital Age* 5 (Jan. 22, 2012). Disponível em: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/12/26&format=PDF>. Acessado em: 15.12.2017.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Tradução de Alin François et. Al. Campinas: Editora UNICAMP, 2007, p. 510.

RODOTÀ, Stefano. **A vida na sociedade da Vigilância: a Privacidade Hoje.** Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RODOTÀ, Stefano. *Elaboratori elettronici e controllo sociale.* Bologna: Il Mulino, 1973.

RULLI JÚNIOR, Antonio; RULLI NETO, Antônio. **Direito ao esquecimento e o superinformacionismo: apontamentos no direito brasileiro dentro do contexto da sociedade da informação.** *Revista Instituto do Direito Brasileiro*. Ano 1. N.1. 2012.

RULLI JUNIOR, Antonio; RULLI NETO, Antonio. *Direito ao esquecimento e o superinformacionismo: apontamentos no direito brasileiro dentro do contexto de sociedade da informação.* Disponível em: https://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2012/01/2012_01_0419_0434.pdf. Acessado em: 04.05.2016.

RUSSIA. **Constituição Russa de 1993.** Disponível em: <http://www.constitution.ru/en/10003000-01.htm>. Acessado em: 31.11.2017.

SAMPAIO, José Adércio Leite. *Direito à intimidade e à vida privada: uma visão jurídica da sexualidade, da família, da comunicação e informações pessoais, da vida e da morte*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998

SANTOS, Manoel J. Pereira dos. **Princípios para Formação de um Regime de Dados Pessoais**. In: LUCCA, Newton de. (coord.); SIMÃO FILHO, Adalberto (coord). *Direito e Internet – Aspectos Jurídicos Relevantes*. Vol II. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2008.

SCHMIDT, Eric. ROSENBERG, Jonathan. EAGLE, Alan. *Como o Google funciona*. Trad. André Gordinho. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

SCHREIBER, Anderson. **Os direitos da personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014

SCHREIBER, Anderson. Marco Civil da Internet: Avanço ou Retrocesso? A responsabilidade Civil por Dano Derivado do Conteúdo Gerado por Terceiro. In: DE LUCCA, Newton. (coord.). **Direito e Internet III: Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014)**. Tomo II. São Paulo: Quartier Latin, 2015

SOLOVE, Daniel J. *Understanding Privacy*. Harvard University Press. 2008.

SOLOVE, Daniel J. *Understanding Privacy*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2009.

SOUSA, Rabindranath Valentino Aleixo Capelo. **O direito geral da personalidade**. Coimbra: Coimbra, 1995.

STAIR, Ralph M. *Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial*. Trad. Maria Lúcia Iecker Viera e Dalton Conde de Alencar. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

SZANIAWSKI, Elimar. *Direitos da Personalidade e sua Tutela*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

SZANIAWSKI, E. *Direitos de Personalidade e sua Tutela, op. cit.*

UNIÃO EUROPEIA. *Convenção de Estrasburgo para a Proteção de Indivíduos com Respeito ao Processamento Automatizado de Dados Pessoais*. 1981. Disponível em: <https://rm.coe.int/1680078b37>. Acessado em: 02.11.2017.

UNIÃO EUROPEIA. *Charter of Fundamental Rights of the European Union*. 2000. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex:12016P/TXT>. Acessado em: 03.11.2017.

UNIÃO EUROPEIA. *General Data Protection Regulation*. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32016R0679>. Acessado em: 04.11.2017.

UNIÃO EUROPEIA. *Proposal for a DIRECTIVE OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on the protection of individuals with regard to the processing of personal data by competent authorities for the purposes of prevention, investigation, detection or prosecution of criminal offences or the execution of criminal penalties, and the free movement of such data*. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex:52012PC0010>. Acessado em: 04.11.2017.

_____. *Conceptualizing Privacy*. California Law Review. vol. 90, p. 1087-1156. Issue 4, 2002.

_____. *Informações sobre a AFA e o trabalho desempenhado pela organização*. Disponível em: <http://informationaccountability.org/>. Acessado em: 03.11.2017.

_____. ITU-Internacional Telecommunication Union. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2015.pdf>. Acesso em: 06.07.2016.

_____. *Privacy and Power: Computer Databases and Metaphors for Information Privacy*. Stanford Law Review, vol. 53, p. 1393-1462, 2001.

_____. OECD. 30 Years After: the Impact of the OECD Privacy Guidelines. Disponível em:

<<http://www.oecd.org/sti/ieconomy/30yearsaftertheimpactoftheoecdprivacyguidelines.htm>>. Acessado em: 02.11.2017.

_____. OECD. Disponível em: <http://www.oecd.org/about/>. Acessado em: 02.11.2017.

_____. EUR-Lex. Regulamento nº 2016/679. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32016R0679>. Acessado em: 31.09.2017.

_____. **“A missão do Google até os dias atuais é “organizar as informações do mundo e torná-las mundialmente acessíveis e úteis”.** Disponível em: <http://www.google.com/intl/pt-BR/about/>. Acesso em: 28.06.2016.

_____. *Virtual Library*. Disponível em: <http://vlib.org/admin/AboutVL>. Acesso em: 08.06.2016.

_____. PIPL. Disponível em: <https://pipl.com/>. Acesso em: 09.06.2016.

_____. SEO MARKETING. Disponível em: <http://www.seomarketing.com.br/cache-Google.php>. Acesso em: 15.06.2016.

Disponível

em: http://ec.europa.eu/justice/news/consulting_public/0006/com_2010_609_en.pdf. Acessado em: 15.12.2017.

_____. LOPD. Disponível em: http://www.agpd.es/portalwebAGPD/canaldocumentacion/legislacion/estatal/common/pdfs/2014/Ley_Organica_15-1999_de_13_de_diciembre_de_Proteccion_de_Datos_Consolidado.pdf. Acessado em: 12.12.2015

_____. *Il diritto all'oblio*: contributo allo studio della privacy storica. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2009.

_____. “Google tem 94,31% de participação nas buscas em dezembro, segundo Hitwise, da Serasa Experian”. Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/google-brasil-tem-9431-de-participacao-nas-buscas-em-dezembro-segundo-hitwise/>. Acesso em: 30.06.2016.

_____. Disponível em: <<https://investor.google.com/financial/tables.html>>. Acesso em: 30.06.2016.

_____. “Google e Facebook têm mais dados que EUA, diz fundador do Wikileaks”. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/07/google-e-facebook-tem-mais-dados-que-eua-diz-fundador-do-wikileaks.html>. Acesso em: 01.07.2016. Atualizado em: 13.07.2016

TEPEDINO, Gustavo. Cidadania e os direitos da personalidade. In: Revista da Escola Superior da Magistratura de Sergipe. Aracaju, n. 3, 2002.

TOMACEVICIUS FILHO, Eduardo. Em direção a um novo 1984? A tutela da vida privada entre a invasão da privacidade e a privacidade renunciada. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, vol. 109, p. 129-169, jan./dez. 2014.

VAIDHYANATHAN, Siva. *The Globalization of Every-Thig (And Why We Should Worry)*. University of California Press. 2011.

VAIDHYANATHAN, Siva. *The Glooglization of everything (and why we should worry)*. Los Angeles: University of California Press, 2011.

XANTHOULIS, Napoleon. Conceptualising a Right to Oblvion in the Digital World: a human rights-based approach. *University College London Research Papers*. p. 01-38, maio/2012

WALD, Arnoldo. *Curso de direito civil brasileiro: introdução e parte geral*. 7. Ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1992.

WARREN, Samuel D. BRANDEIS, Louis D. The right to privacy. In: *Harvard Law Review*. Cambridge: Harvard University Press, v.4, n. 5, p. 193-220, Dec.1890.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Tradução de Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WESTIN, Alan. *Privacy and Freedom*. Nova York: Atheneum, 1967, p. 7.

GIACOMO, Claudio de. *Diritto, libertà e privacy nel mondo dela comunicazione globale*. Milano: Giuffrè, 1999.

YATES, Ricardi Baeza. NETO, Berthier Ribeiro. *Modern Information Retrieval: the concepts and technology behind search*. 2 ed. New York: Addison-Wesley Publishing Company, 2011.

ZECHMAN, Ashley. *So long, Farewell, Auf Wiedersehen* Yahoo Directory. Disponível em: <https://searchenginewatch.com/sew/news/2373344/so-long-farewell-auf-wiedersehen-yahoo-directory>. Acesso em: 08.06.2016.